

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL -PAEL

O presente relatório visa dar cumprimento ao nº 2, do art.º 12º, da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, nomeadamente a obrigação dos municípios aderentes ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), incluírem no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.

O Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) foi criado com o objetivo das Autarquias Locais regularizarem as suas dívidas vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa.

O Município do Funchal aderiu ao PAEL nomeadamente ao Programa II, tendo obtido um empréstimo de 28.410.797,13€, utilizado em duas tranches, o primeiro valor de 19,9M€ e o segundo de 8,5M€, que foram totalmente utilizadas para o pagamento das seguintes despesas:

### Utilização do empréstimo PAEL

	Unidade: €
Valores recebidos	28.410.797
Valores pagos	28.410.684
<i>Despesas com o Pessoal (Encargos com a saúde)</i>	<i>388.635</i>
<i>Aquisição de Bens e Serviços</i>	<i>20.328.533</i>
<i>Juros e Outros Encargos</i>	<i>9.598</i>
<i>Transferências</i>	<i>402.500</i>
<i>Aquisição de Bens de Capital</i>	<i>7.100.090</i>
<i>Transferências de Capital</i>	<i>181.327</i>

### Encargos do Empréstimo

O capital mutuado será reembolsado em 28 prestações semestrais, iguais e consecutivas, sendo que, a 31 de dezembro de 2015 já foram pagas cinco, no valor de cerca de 6,6M€. No ano de 2015 foram pagas duas prestações semestrais que totalizaram 2,6M€.

Relativamente aos juros, estes vencem-se semestral e postecipadamente, nas datas do reembolso do capital, sendo que a taxa de juro é fixada nesta data, e corresponde ao custo de financiamento da República Portuguesa acrescido do spread de 15 pontos base de acordo com

a cotação a obter junto do Instituto de Gestão do Crédito Público - IGCP. Os juros pagos até 31 de dezembro de 2015 ascendem a 1,5M€, sendo 0,6M€ juros do próprio ano.

#### Encargos do Empréstimo PAEL

		Unidade: €
Encargos do ano	Anos anteriores	2015
Montante em dívida a 1 de janeiro	<b>28.410.797</b>	<b>25.366.783</b>
Encargos do ano	3.967.648	2.622.527
Amortização	3.044.014	2.029.343
Juros	923.634	593.184
<b>Montante em dívida a 31 de dezembro</b>	<b>25.366.783</b>	<b>23.337.440</b>

O montante em dívida a 31 de dezembro de 2015 era de 23,3M€.

### Análise das Medidas Propostas no Plano de Ajustamento Financeiro

Aquando da adesão ao PAEL, o Município do Funchal subscreveu o Plano de Ajustamento Financeiro que contém um conjunto de medidas que visam uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Importa pois, analisar o grau de cumprimento daquelas medidas de maximização da receita e contenção da despesa.

#### RECEITA

##### 1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários

Os valores das tabelas de taxas não sofreram alterações em 2015, contudo o Município do Funchal em 2014, aplicou o novo tarifário referente aos resíduos hospitalares, o que reflete um aumento de receita.

O Município do Funchal prevê uma revisão geral dos seus regulamentos e tabelas de taxas.

##### 2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município

Foram enviados para execução fiscal processos de dívidas de taxas de serviços dos mercados, venda ambulante e publicidade, sendo intenção do Município promover este tipo de cobrança para as dívidas de clientes com antiguidade e de valor relevante.

##### 3. Alienação do Património

Em 2014, foram alienadas 7 viaturas no decurso de uma hasta pública, que renderam à autarquia cerca de 30m€. O Município do Funchal prevê a abertura de procedimentos para a venda em hasta pública de bens imóveis, tais como, a antiga escola do Curral dos Romeiros e de alguns prédios rústicos localizado nas Romeiras.

#### **4. Incremento no esforço da cobrança das receitas em atraso**

O Município tem vindo, nos últimos anos, a promover encontros de contas com fornecedores que têm dívidas para com a autarquia, de modo a arrecadar mais receita e diminuir a dívida de terceiros. Em 2015, permitiu a arrecadação extraordinária de receita relativa a dívidas de clientes por via de encontro de contas, no valor de 1,1M€.

### **DESPESA**

#### **1. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais**

As despesas de funcionamento da autarquia, nomeadamente despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, apresentam uma redução de 2,3M€, de 2014 para 2015. Não obstante esta diminuição, verifica-se que face à previsão constante no plano do PAEL, as despesas de funcionamento aumentaram devido ao pagamento dos subsídios de férias aos trabalhadores (repostos por decisão do Tribunal Constitucional que chumbou os cortes propostos pelo Governo), da incorporação de 20 trabalhadores por decisão do Tribunal do Trabalho, da alteração da taxa de contribuição para a CGA, de 20% para 23,75% em 2014 e das despesas de saúde que não são controláveis pela autarquia. Este desvio resulta ainda dos pagamentos no âmbito dos acordos/planos de pagamento assinados em 2013, para regularização de dívidas de anos anteriores. O ano de referência para a estimativa foi 2011 e não contemplava estas imposições legais, nem os pagamentos dos acordos.

#### **2. Redução dos subsídios atribuídos**

Face à previsão do PAEL, o Município conseguiu reduzir os subsídios às instituições sem fins lucrativos, através de um maior controlo e seletividade nas suas atribuições, com o intuito da redução de despesas. Os subsídios atribuídos em 2015 ascenderam a 0,6M€.

### **3. Redução nos investimentos**

O Município do Funchal face à previsão do PAEL apresenta uma elevada redução dos investimentos, essencialmente pela fraca execução dos projetos de financiamento comunitário, originado pelo fim do QCA-III e pelo atraso na implementação do novo QREN 14-20. O investimento do Município em 2015 foi de 6,6M€.

### **4. Renegociação dos contratos de rendas mensais pagas a terceiros**

O Município em 2014 negociou o valor dos contratos de arrendamento com a intenção de reduzir em 20% as rendas em vigor, tendo a maioria dos senhorios aceite as propostas. Em 2015, os contratos sofreram um aumento por via do coeficiente de atualização das rendas, de 0,9969. Não obstante este aumento verificou-se uma redução de 48m€, por via da denúncia de contratos.

Os quadros em anexo ao relatório espelham a monitorização dos compromissos assumidos no Plano de Ajustamento Financeiro:

Quadro I: Síntese da situação financeira;

Quadro II: Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro;

Quadro III: Evolução da receita e da despesa;

Quadro IV: Evolução da dívida de curto, médio e longo prazos e do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos.